UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

VITÓRIA RODRIGUES CALDEIRA

ANÁLISE DAS MUDANÇAS DAS LEGISLAÇÕES E OS IMPACTOS GERADOS PARA OS USUÁRIOS DA APAE DE OURO PRETO

MARIANA
2024

VITÓRIA RODRIGUES CALDEIRA

ANÁLISE DAS MUDANÇAS DAS LEGISLAÇÕES E OS IMPACTOS GERADOS PARA OS USUÁRIOS DA APAE DE OURO PRETO

Trabalho de conclusão de curso, apresentado junto ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como um dos requisitos para a conclusão da graduação em Serviço Social.

Orientadora: Dra. Alessandra de Souza Ribeiro

MARIANA
2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C146a Caldeira, Vitoria Rodrigues.
Análise das mudanças das legislações e os impactos gerados para os usuários da APAE de Ouro Preto. [manuscrito] / Vitoria Rodrigues Caldeira. Vitória Caldeira. - 2024.
51 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Souza.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Ouro Preto, MG). 2. Neoliberalismo. 3. Sociedade civil. I. Caldeira, Vitória. II. Souza, Alessandra. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 342.7(81)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVICO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

Vitória Rodrigues Caldeira

Análise das mudanças das legislações e os impactos gerados para os usuários da APAE de Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 10 de outubro de 2024

Membros da banca

Dra - Alessandra Ribeiro de Souza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr - Roberto Coelho do Carmo - Universidade Federal de Ouro Preto
Assistente Social - Sandrine Cristina Ferreira Hilário - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Alessandra Ribeiro de Souza], orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/10/2024

Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Ribeiro de Souza**, **PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 18/11/2025, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6°, § 1°, do Decreto n° 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **1017349** e o código CRC **BE2BE220**.

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35402-163
Telefone: (31)3558-2275 - www.ufop.br

Dedico este trabalho aos meus pais, por me apoiarem e investirem seu tempo a mim,
Aos meus amigos e colegas pela escuta e ajuda em diversos momentos,
A todos envolvidos neste processo de pesquisa e aprofundamento intelectual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de ingressar em uma Universidade Federal e a todos que fizeram desta caminhada um caminho de muito conhecimento e aprendizado. Em especial meus pais por me apoiarem em todos esses anos acadêmicos e de vida.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais por me oportunizar a realização do meu estágio, permanecendo por 1 ano e meio na instituição, convivendo e vivendo com muitos profissionais que pretendo levar para a vida.

Agradeço a supervisão de estágio pela Assistente Social Sandrine Cristine Ferreira Hilario, que propiciou estas experiências das quais levaram a criação e desenvolvimento desta pesquisa.

A prof. e Dra. Alessandra Ribeiro de Souza por me considerar capaz de me inserir na Iniciação Científica por sua orientação com o tema "Análise da assistência técnica do Banco Mundial para a política de saúde brasileira" que me fez evoluir na vida acadêmica.

Ao Grupo de Estudos de GEPTSSS e ao Observatório Digital do Trabalho, coordenado pelo Prof. e Dr. Roberto Coelho no qual acrescentou na minha formação um debate crítico.

RESUMO

O presente trabalho pressupõe a análise das reformas legais e seus reflexos nos serviços prestados aos usuários da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, abrangendo o contexto de expansão do neoliberalismo e seus efeitos dado que com a ascensão do movimento neoliberal no Brasil, o país se inseriu no mercado mundial sendo orientado e direcionado a partir de organismo internacionais e pela importância do capital internacional para o capital nacional. Gerando a relação de dependência que perpassa pela superexploração, troca cambial desigual e transferência de renda, tendo como consequência as contra reformas e reestruturação do Estado, ocorrendo a criação de políticas de ajustamento fiscal e políticas de austeridade de visam cortes e contra reformas das políticas sociais, afetando a população e como pesquisado a pessoa com deficiência devido às expressões do capacitismo que fomentada pelo capital impõe a padronização dos corpos e a seletividades das políticas sociais. Como demonstrado nesta pesquisa, a um aumento da judicialização das demandas das pessoas com deficiências na satisfação de suas necessidades, posto que o Estado neste retrato se ausenta das demandas sociais, utilizando-se do "terceiro setor" com o objetivo de não gestar a política e da "sociedade civil" e da *cultura cívica* na manutenção, direcionamento e prestação de serviços para as pessoas com deficiência. No entanto, com a falta de investimento, cortes e privatizações a pessoa com deficiência têm dificuldade de acessar os serviços, se utilizando da benemerência ou de forma privada para efetivação de suas demandas sendo percebido no cotidiano da instituição APAE.

Palavra-chave: APAE, sociedade civil, neoliberalismo

ABSTRACT

This paper presupposes the analysis of legal reforms and their impact on the services provided to users of the Association of Parents and Friends of the Exceptional, covering the context of the expansion of neoliberalism and its effects, given that with the rise of the neoliberal movement in Brazil, the country entered the world market, being guided and directed by international organizations and by the importance of international capital for national capital. Generating a relationship of dependence that permeates overexploitation, unequal exchange rates and income transfer, resulting in counter-reforms and restructuring of the State, resulting in the creation of fiscal adjustment policies and austerity policies aimed at cuts and counter-reforms of social policies, affecting the population and, as researched, people with disabilities due to the expressions of ableism that, fostered by capital, imposes the standardization of bodies and the selectivity of social policies. As demonstrated in this research, there is an increase in the judicialization of the demands of people with disabilities in meeting their needs, since the State in this picture is absent from social demands, using the "third sector" with the objective of not managing politics and "civil society" and civic culture in the maintenance, direction and provision of services for people with disabilities. However, with the lack of investment, cuts and privatizations, people with disabilities have difficulty accessing services, using charity or private means to fulfill their demands, which is perceived in the daily life of the APAE institution.

Keyword: APAE, civil society, neoliberalism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO ……..…….. 8

1.1. Ascensão do Neoliberalismo no Brasil: Transformações Políticas e Econômicas…….. 14

Capítulo 2. Análise crítica das legislações, suas modificações considerando a pessoa com deficiência na sociedade neoliberal 'corpos produtivos'……. 18

3.1.Financiamento e descentralização: Entraves frente ao ajustamento fiscal……..…… 30

4 CONCLUSÃO …….. 31

5 REFERÊNCIAS …….. 33

Introdução:

Neste trabalho, pretendo percorrer uma linha de pesquisa focada na pessoa com deficiência e as políticas direcionadas a este público que sofreram reformas estruturais legislativas que afetam as políticas sociais em sua aplicação concreta e seus usuários.

Sendo assim, pretendo discutir as influências sofridas pelo neoliberalismo nas políticas para pessoas com deficiência, considerando que este processo focaliza e restringe cada vez mais as ações promovidas pelas políticas sociais. Com o objetivo geral de explicar qual é a relação do serviço social com as contra reformas sofridas na política social para pessoas com deficiência e explicitando os objetivos específicos são explicar a relação entre o Banco Mundial com as políticas sociais para as pessoas com deficiência, analisar as políticas de ajuste fiscal no âmbito das políticas específicas para o público e apresentar a importância de uma atuação articulada com os movimentos sociais para pessoas com deficiência.

Desta maneira, a justificativa desta pesquisa no âmbito de compreender os rebatimentos, contra reformas e políticas de ajuste fiscal, analisando os efeitos dos mesmos para com as políticas para pessoas com deficiência. Compreendo que houveram contra reformas recentes que afetaram este público, dificultando o acesso às políticas sociais para pessoas com deficiências. Esta pesquisa visa dar visibilidade à problemática, compreendendo seus impactos e a falta de responsabilidade do Estado. Pretendo analisar o percurso sócio-histórico das políticas para as pessoas com deficiência, pesquisando a inserção do "Terceiro Setor" para gestão e organização de políticas voltadas para pessoas com deficiência.

Segundo Deslandes(2009, p. 43), a metodologia pode ser descrita pelos métodos e técnicas que serão utilizadas pelo pesquisador, estabelece critérios e define os instrumentos e procedimentos. Assim, esta pesquisa será elaborada dentro da abordagem qualitativa e dará destaque às modificações nas legislações feitas para com as pessoas com as pessoas com deficiência.

Em primeiro lugar, o neoliberalismo retorna aos pensamentos do liberalismo clássico, que considerava o liberalismo econômico e político. No entanto, o neoliberalismo surgiu a partir de

uma conjuntura de crise estrutural do capitalismo que, em seu processo de reverter esta crise, o neoliberalismo responde com a reestruturação e ajuste de leis, políticas e direitos existentes.

Neste aspecto, conjuntural, o Brasil passou por um período em que o contexto político de extrema-direita retrocedeu com diversos direitos que formulam a seguridade social, no qual as pessoas com deficiência foram afetadas, como no Decreto Federal no 8.805/2016 que prevê a comprovação da renda familiar para o acesso ao Benefício de Prestação Continuada, a Lei no 13.846 que institui a análise de caso a caso com bônus para o servidor, podendo levar ao desligamento, entre outros rebatimentos sobre o usuário, assim como O PL n° 6.159 de 2019 que desabilita as empresas de preencher a Lei de Cotas previstas na Lei n° 8213.

Deste modo, considerando a intervenção do Banco Mundial nas orientações dos relatórios lançados anualmente para cada país que o integra, como o Brasil, manifestando a ação neoliberal, fomentando políticas de ajuste fiscal neste processo de reestruturação do capitalismo. Podemos notar, a lógica neoliberal, na qual a intervenção do Estado deve ser "mínima", mas em um contexto de crise, o Estado deve "salvar" o sistema capitalista, uma intervenção que convém ao capital.

Com isso, ao se tratar de pessoa com deficiência, devemos considerar o "Terceiro Setor" que também faz parte deste projeto neoliberal, pois analisando este aspecto da refilantropização podemos perceber que em sua maioria se dá pela privatização não clássica devido à privatização clássica se dar na venda total dos meios estatais de produção.

Neste caso, do "Terceiro Setor" o Estado financia parte deste projeto, programa ou iniciativa com o objetivo de não gestar a mesma e se torna isento de responsabilidade, retornando à ideia do favor e da compaixão. No entanto, este financiamento se dá pelo Fundo Público e assim sofrendo com as políticas de ajuste fiscal como as políticas sociais públicas sofrem, cabendo salientar que este financiamento é ínfimo para as demandas exigidas. Compreendendo a situação das políticas sociais e quando se trata da pessoa com deficiência, as políticas para este público se dão nesta lógica "altruísta". São poucas as políticas que abarcam as necessidades e possibilidades destes usuários.

Logo, se torna responsabilidade de instituições filantrópicas, como por exemplo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, gestar os serviços educacionais, entre outros serviços, o que colapsa o serviço devido em muitos municípios este aparelho ser a única referência, desde serviço e o volume de demandas ultrapassar orçamentos repassados pelo

governo federal. Este ponto se torna crucial, o “Terceiro Setor” enfrenta as mesmas precarizações das políticas sociais públicas, no entanto, o agravante neste âmbito são as expressões capacitistas de altruísmo e caridade de algo que não é público e não é privado.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, seção IV, art. 203 e 204, a assistência social será provida para quem dela necessitar, não contributiva, dever do Estado e direito do cidadão, integrando o tripé da seguridade social. Todavia, a ampliação da refilantropização traz consigo rebatimentos para a sociedade brasileira, retomando processos de assistencialismo e clientelismo das políticas sociais.

Em suma, a caracterização da bondade no aspecto da oferta de serviços para a pessoa com deficiência propicia o aumento dos retrocessos nas políticas e serviços oferecidos. Pois, embora seja uma responsabilidade do Estado ofertá-los cada vez mais, a “Sociedade Civil” toma este compromisso para ela, no ponto de vista da bondade, caridade, “ajuda ao próximo” resultando no não acesso das pessoas com deficiências aos seus direitos.

Assim, o projeto liberal tem êxito em seus objetivos devido à oferta de serviços não se dar em sua totalidade pelo Estado, sendo oferecido pelo “Terceiro Setor” que se encontra precarização devido ao financiamento constantemente sofrer com cortes e ajustamentos, e caso a pessoa com deficiência não consiga os serviços, há duas formas de acesso: o “altruísmo do próximo” e de forma privada, se tornando mercadoria, fomentando o capital.

Capítulo 1: A expansão global do Neoliberalismo: Impactos e Contradições

Neste primeiro momento, gostaria de estabelecer algumas definições sobre esta temática. O Neoliberalismo surgiu a partir de alguns fatores políticos e econômicos que afetaram países de capitalismo central, como a crise do keynesianismo, que foi um movimento econômico que se baseia na alta arrecadação de impostos, com um grande aumento de gastos públicos em âmbitos sociais.

O movimento neoliberal se apoia em alguns princípios como a liberdade individual, livre-mercado, privatizações, abertura econômica para o livre-comércio, empreendedorismo e Estado mínimo termo discutido à frente, processo que defende a reestruturação dos órgãos estatais para diminuição de investimentos públicos para manutenção fiscal da economia.

Desenvolvendo o processo de acumulação capitalista gerando uma classe de capitalistas, alinhado ao sistema de produção e reprodução internacional apoiado por países, entidades e

organizações internacionais. Alinhado ao agravamento da desigualdade social e concentração de renda.

Deste modo, com o objetivo de alinhar os objetivos neoliberais a nível mundial, após a Segunda Guerra Mundial no Consenso de Washington, no qual diversas nações participaram, com isso houve a criação das taxas de câmbio, dando seguimento para a criação de um sistema administrado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Deste modo, o BIRD foi criado inicialmente com a finalidade de fomentar a reconstrução de países afetados pela guerra e de promover o desenvolvimento de países capitalistas.

Em suma, foram estabelecidas medidas no Consenso de Washington, como, por exemplo, reorganizar gastos públicos, privatizações, proteção da propriedade privada e a retirada de barreiras fiscais. Logo, dando espaço para o desenvolvimento do neoliberalismo que se alinhava às medidas adotadas pelos países, tais como a mínima intervenção do Estado, abertura econômica, as privatizações dos equipamentos do Estado, dando mais poder às empresas privadas e a flexibilização das relações trabalhistas, reduzindo os direitos trabalhistas.

> Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos neoliberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais. (NETTO E BRAZ,2006,p.134-135)

Portanto, resultando na redução dos gastos públicos e na falta de soberania dos países que adotaram as orientações neoliberais, os primeiros países que seguiram este movimento político e econômico em sua gênese foram a Inglaterra (Margaret Thatcher), Estados Unidos (Ronald Reagan) e Chile (Augusto Pinochet).

Analisando o desenvolvimento da tese do Estado mínimo, podemos destacar alguns autores importantes para seu desenvolvimento, Adam Smith (1723-1790) que salientava a relevância da liberdade e a propriedade privada elementos principais de sua teoria sobre a “mão invisível” o autor tinha como princípio explicar a autorregulação do mercado, defendendo que a intervenção do Estado deveria ser mínima.

Kant, defendia o Estado Mínimo e o "Espírito Comercial" que se expressavam na liberdade individual e comercial. E Hegel fundamenta sua tese "Astúcia da Razão" se desenvolvendo a partir da percepção de que a razão governa a história distinguindo indivíduos comuns que seria o indivíduo que pensa na satisfação imediata de suas necessidades e paixões, não sendo capaz de pensar no coletivo. E o grande indivíduo são homens capazes de transformar suas paixões na universalidade, pensando no coletivo e assim estes indivíduos governam a razão.

> o objetivo real do capital monopolista não é a "diminuição" do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um "Estado mínimo", o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. O ataque do grande capital às dimensões democráticas da intervenção do Estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho (a "flexibilização" comentada no item precedente) e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se à intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs "reformas" que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para a exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para o controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos – onde, em geral, significou uma profunda desnacionalização da economia e se realizou em meio a procedimentos profundamente corruptos (de que é exemplo paradigmático a Argentina de Menem). Um competente analista mostra a importância, para os setores monopolistas, da privatização, mediante a qual retornaram à esfera mercantil serviços controlados pelo Estado: "Atualmente, é no movimento de transferência, para a esfera mercantil, de atividades que até então eram estritamente regulamentadas ou administradas pelo Estado, que o movimento de mundialização do capital encontra suas maiores oportunidades de investir" (Chesnais, 1996: 186).apud (NETTO E BRAZ,2006,p.134-135)

Como apontado o Estado mínimo se descreve pela diminuição de funções do Estado na contemporaneidade podemos perceber como este acontecimento ocorre na transferência de suas responsabilidades, nas privatizações de serviços públicos e na descentralização das políticas públicas e sociais.

Este processo afetou de forma direta, a política, a economia e a sociedade, gerando a polarização da direção societária, sendo demonstrado de forma mais presente na política, indivíduos contra esta doutrina neoliberal raramente recebem ascensão política, por conseqüência a direção neoliberal se perpetua atuando de forma a apoiar ou não indivíduos políticos.

Agindo como um ente, que não se descreve de forma física, mas sim ideológica, atuante tendendo para o lado conservador da sociedade, cotidianamente no senso comum “conservador nos costumes e liberal na economia” retrato analisando é fato que este sistema econômico transformou não só o Estado mas também as relações social.

É difundido como princípio desta doutrina a liberdade, intrínseco neste termo seguindo a linha neoliberal podemos complementar com a competitividade, meritocracia e individualidade. As mudanças e novas formulações sociais, entre os indivíduos, pode não ter sido formulado em seus objetivos a princípio, no entanto estas mudanças fomentam esta ordem societária.

Assim, o neoliberalismo desencadeou inúmeros acontecimentos, dado que a procura por estabilização inflacionária era um dos objetivos a princípio, o reordenamento econômico mundial se deu neste sentido para que investimentos e empréstimos fossem geridos a países se condicionarem as regras e ordens internacionais. Visto que, a mundialização do capital e processo de financeirização influi em toda escala produtiva do país.

O capital financeiro se descreve pelo capital fictício, como por exemplo ações e títulos e o setor financeiro bancos, seguradoras e fundos de investimento influenciando setores como do comércio e indústria. Gerando a maximização de lucros, mas também um crescente endividamento devido a disponibilidade de crédito, a fim de sustentar este sistema a partir do consumo.

Considerando o ciclo de dependência desenvolvido por Salvador e Ribeiro (2023) fundamentado a partir da troca intercambiável desigual no processo de exportação e importação, transferência de valor no pagamento da dívida externa e superexploração da classe trabalhadora no pagamento salarial. Processo no qual o Brasil perde a soberania de tomada de decisões societárias e direcionamento políticos.

Avaliando que esta condição afeta a relação do direcionamento do Fundo Público e seu financiamento para políticas, programas e projetos, devido como discutido ao longo deste texto o projeto neoliberal e o fomento da ausência da do Estado em demandas sociais, tendo como conta a disputa do Fundo Público a partir do direcionamento e planejamento governamental discutido anualmente e aprovado pelo legislativo.

Deste modo, a falta de soberania do Estado em tomada de decisões leva a inúmeras contradições de governo, ponderando a prioridade de investimento, cortes e retrocessos acerca da disponibilidade de verbas. Mioto (2020) perpassa brevemente sobre a judicialização das políticas

sociais devido ao acesso se tornar cada vez mais restrito, fundamentando a partir da focalização das políticas sociais, projeto que faz parte da agenda neoliberal. A seguir irei dissertar como o Brasil se tornou terra fértil para estes ideais, considerando a conjuntura e seu tempo histórico.

1.1. Ascensão do Neoliberalismo no Brasil: Transformações Políticas e Econômicas

Historicamente, os anos de 1990 foram de grandes transformações para o Estado brasileiro, passando por um grande endividamento externo, instabilidade política e hiperinflação econômica. Constituindo terra fértil para o surgimento do neoliberalismo, adotando novas políticas sociais e econômicas como a abertura econômica, privatizações e uma busca por estabilidade econômica. Seguindo orientações do Banco Mundial, FMI (Fundo Monetário Internacional) e movimentos globais, prosseguiu com ajustes estruturais e contrarreformas.

Assim, "o governo Collor deu início a um programa de reforma do Estado, cujo "núcleo duro" consistiu no programa de privatização, sob a gestão do BNDES – o Programa Nacional de Desestatização."(ALVES, 2002,p.74). Um dos exemplos desta influência em busca por estabilidade econômica é o Plano Real (1994), no qual se estabelecia a nova moeda, o real, que gerou o controle inflacionário, através de medidas como fiscalização dos gastos públicos, limite para emissão de moeda e medidas estruturais como a privatização de empresas estatais.

> A partir de 1994, impulsionado pelo Plano Real, ocorreu uma pequena retomada do crescimento da economia brasileira. Em virtude da redução drástica dos índices inflacionários (de 46,60% em junho de 1994, para 3,34% em agosto do mesmo ano), ocorreu um crescimento das atividades de consumo, produção e emprego (que iria até março de 1995).(ALVES, 2002,p.74)

Com este cenário político, econômico e social desastroso a "oportunidade" que foi posta para o Brasil foi a expansão de seu mercado financeiro, inserindo o capital internacional nas relações financeiras. Alves(2002) desenvolve em sua análise conjuntural de 1990, que em meados de 1997 o Brasil buscou se inserir na mundialização do capital dando a capacidade necessária para mais acúmulo de capital no Brasil.

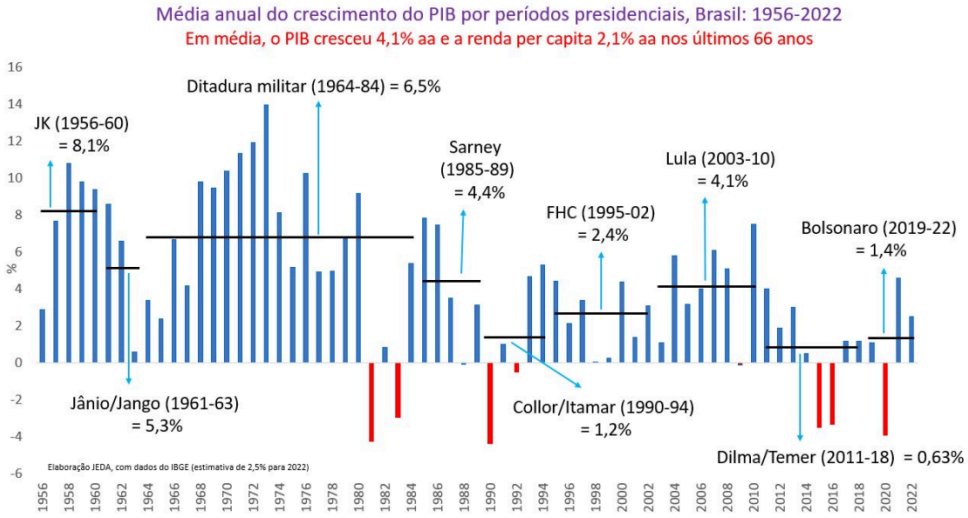
Em 1997 com a inserção do Brasil no capital internacional o Banco Mundial realizou a emissão de um documento sinalizando que as privatizações e "reformas" estruturais empreendidas pelo governo haviam avançado muito quando obteve aprovação em 1995 de emendas constitucionais que permitiram a participação privada no gás natural, eletricidade,

petróleo, transporte marítimo e telecomunicações. Entretanto, o Banco considerava que outras "reformas" importantes apresentaram um progresso mais lento do que o definido na agenda inicial do governo, a exemplo do projeto de reforma da previdência, aprovada pelo Congresso em 1996, que não era forte o suficiente para servir aos objetivos do Governo e estava sendo revisado para reintrodução.

Em 1998 Fernando Henrique Cardoso promoveu a primeira contra reforma estrutural da Previdência através da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 20, que instituiu a exigência de uma idade mínima para a aposentadoria, de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens (até então a aposentadoria era direito para quem contribuísse por 25 a 30 anos, no caso das mulheres; e 30 a 35 anos, no caso dos homens, mas sem limite mínimo de idade); também criou o Fator Previdenciário, além de uma regra de transição para aqueles já contribuintes do sistema antes da aprovação da PEC. FHC também instituiu a Lei Complementar nº 109, em 2001, que define o que são as Entidades Fechadas de Previdência Complementar. As propostas aprovadas estão indicadas em elaborações do Banco como a EAP e documentos específicos para a política de previdência (Souza, 2022).

Segundo Sallum(2016), as políticas neoliberais não foram homogêneas, sofrendo modificações de acordo com as demandas internas. Tais particularidades incluem a participação do Estado, principalmente em sua proeminência nas políticas de transferência de renda, a disputa política que tensiona a inclusão social, "forçando" o Estado a pensar em medidas compensatórias para conciliar as privatizações.

GRÁFICO 1: "O crescimento do PIB brasileiro por períodos presidenciais entre 1956 e 2022"



FONTE: EcoDebate (2022)

Com este gráfico podemos perceber o quanto o cenário político incide no cenário econômico do Brasil, o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no governo Sarney é evidente devido ao êxito na abertura econômica internacional, mas seu decaimento aos anos a seguir devido ao aumento da exploração exacerbada. Um regime neoliberal que não queria e não quer o Estado nem mesmo como regulador das relações de mercado, nesta lógica o papel do Estado se torna de um ser administrativo, no entanto, as movimentações políticas demonstram que esta ideologia não o coloca nem nesta função.

E assim, como demonstrado no gráfico, quando de alguma forma há algum investimento nas áreas sociais, através de políticas de transferência de renda ou a expansão de políticas sociais a um crescimento significativo do PIB, como apresentado no Governo Lula (2003-2010). Por outro lado, quando há um agravamento das expressões da questão social o PIB descai de maneira brutal, como visto no Governo Bolsonaro(2019-2022), na falta de investimentos nas políticas sociais.

> Contudo, fica evidenciado que a ofensiva neoliberal implementada na particularidade sócio-histórica da sociedade brasileira a partir da década de 1990 abarcou: reestruturação produtiva, contrarreforma do Estado, financeirização do capital com todo contexto de refilantropização da questão social, desresponsabilidade estatal com transferência para o "terceiro setor" (MONTAÑO, 2010, p. 247), incentivo ao voluntariado/caridade e privatizações (além das parcerias público-privadas), o que acabaram por esvaziar a noção de direitos.(LAGE, 2019, p.126)

Lage(2019) enfatiza que no período de governo de FHC uma das frentes da ideologia capitalista foi o fomento do terceiro setor na prestação de serviços sociais, descrevendo a ausência do Estado na implementação de políticas públicas, considerando que neste tempo histórico o Banco Mundial reforçava a ideia que a pobreza seria consequência da incapacidade do indivíduo, construindo neste momento a "cultura cívica" incentivando atitudes de voluntariado, precarizando direitos sociais e os princípios da seguridade social.

Neste momento, o Estado passava pelo remodelamento considerando o ajustamento fiscal, o agravamento das desigualdades sociais, cortes tendo o apoio do terceiro setor. Setores como a previdência social perpassa por ataques com o fomento do BM como demonstrado neste relatório de 2008:

Os elevados déficits e gastos com a Previdência Social também impõem um risco à sustentabilidade fiscal. O Brasil gasta mais de 11,3% do PIB com benefícios e assistência social para os idosos, o que representa uma alta despesa, desproporcional para um país de renda média demograficamente jovem. A maioria das nações com perfis demográficos e níveis de renda semelhantes gastam cerca de 5% do PIB com benefícios e outros programas destinados a proteger os idosos, sobreviventes dos segurados (cônjuges, filhos, etc.) e os incapacitados (BANCO MUNDIAL, 2008, p. 43).

A contrarreforma da previdência, nesse documento, mais uma vez, parte da justificativa que envolve o aumento da expectativa de vida, queda da taxa de fecundidade, déficit orçamentário e alto custo da força de trabalho. Cabe ressaltar que suas propostas de "reformas" se concentram mais uma vez nos servidores públicos e nos regimes próprios estaduais e municipais. Alguns pontos indicados ao longo do documento referem-se ao acesso às pensões, seguro-desemprego, vinculação do valor dos benefícios ao salário-mínimo e ao BPC.

As discussões realizadas até aqui têm o sentido de contextualizar a sociedade sob a égide do neoliberalismo. Neste sentido, a diante passarei pela discussão do capacitismo relacionando os direitos previstos à pessoa com deficiência, o sistema capitalista que impõe a produtividade acima de bem estar e sua relação com a proteção social impostas às famílias contemporâneas.

Capítulo 2. Análise crítica das legislações, suas modificações considerando a pessoa com deficiência na sociedade neoliberal 'corpos produtivos'

Os direitos previstos a pessoas com deficiência incluem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) que é um benefício previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) assegurado na Constituição Federal de 1988, Lei n 8.742 de 1993. O BPC partiu de movimentos populares que na década de 1970-1980 pressionavam o Estado pela inclusão da assistência social como parte da seguridade social, formando o tripé da seguridade saúde, previdência e assistência social. O BPC/LOAS está previsto:

> Art. 40. É assegurado à pessoa com deficiência que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993." (BRASIL, 2015. p.27).

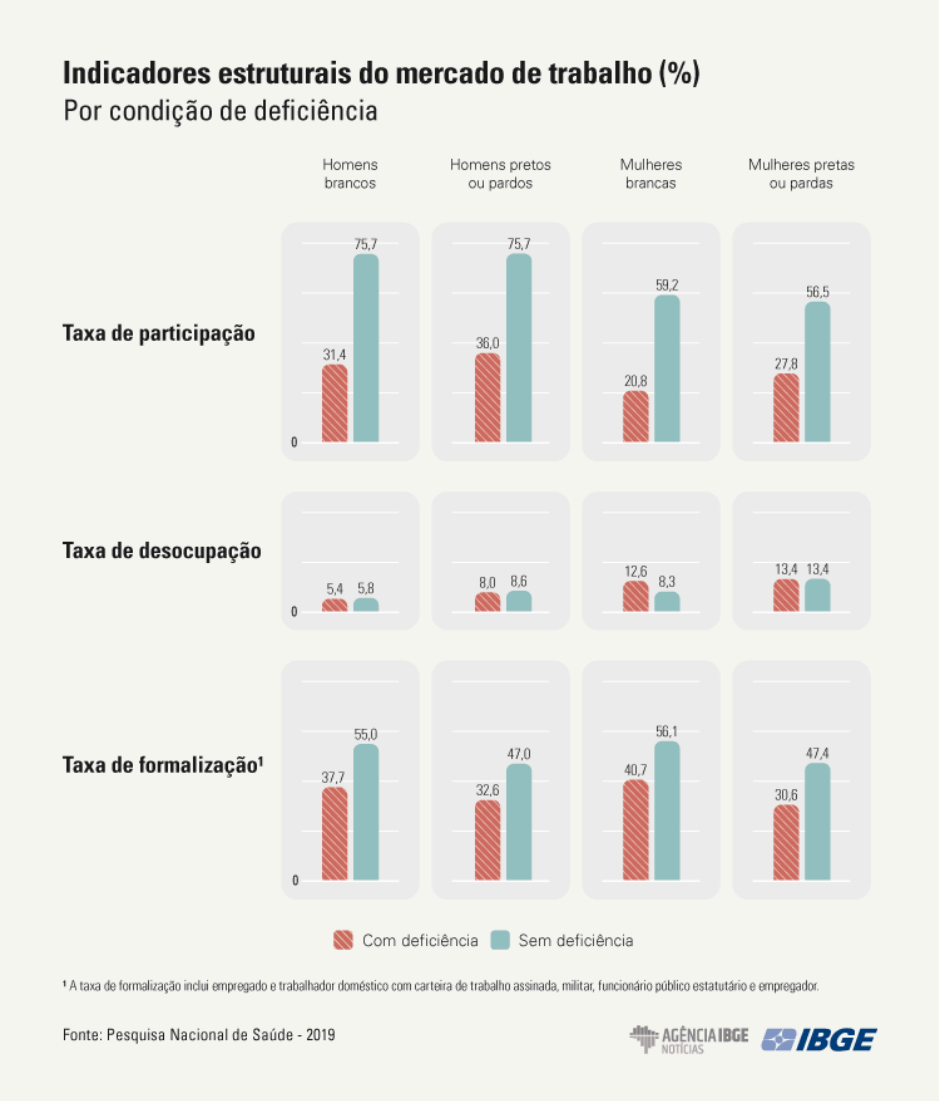
Outra legislação importante refere se ao, passe livre constatado na Lei Federal no 8.899/1994 (Lei do Passe Livre) estipula que pessoas com deficiência de baixa renda podem requerer a credencial do passe livre para o transporte interestadual, seja de ônibus, barco ou trem. Além disso, em alguns municípios, pessoas cadastradas nas prefeituras não pagam tarifa de transporte público local." (Cidadania, Direitos da Pessoa com Deficiência. Instituto Claro. 2022.)

Por conseguinte, a Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência n 12.711 de agosto de 2012, assegura que estabelecimentos de grande porte é obrigatório a empregabilidade de uma taxa de

> 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para esse grupo.(Governo Federal, 2022)

A Lei de Cotas é de grande relevância devido a alta do desemprego e informalidade entre pessoas com deficiência, em decorrência pela falta de oportunidades, de acesso, de acessibilidade, de formação entre diversas outras problemáticas.

GRÁFICO 2: IBGE 2019



Fonte: Pesquisa Nacional de Saúde - 2019

Demonstrando disparidade entre pessoas com deficiência e pessoas sem deficiência no que se refere à inserção no mercado de trabalho.

> A taxa de formalização indica a forma de inserção no mercado de trabalho, ou seja, se os trabalhadores estão em ocupações formais ou informais. Enquanto mais da metade (50,9%) das pessoas sem deficiência ocupadas estava empregada em postos formais, esse indicador era de 34,3% entre aqueles com deficiência. As pessoas com mais de uma deficiência tiveram um percentual ainda menor: 27,3%.
>
> "Há dificuldades em entrar no mercado de trabalho, e quando elas conseguem, essa vaga é proporcionalmente mais informal, de pior qualidade e com menos direitos. Também existem diferenças entre os tipos de deficiência. No caso das pessoas com deficiência mental, a inserção no mercado de trabalho é ainda mais difícil", ressalta o pesquisador.(Agência IBGE notícias, 2022)

Desta maneira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deliberou as normas da educação básica brasileira instituindo em seu documento a educação especial dando acesso à pessoa com deficiência ao ensino educacional. Fundamentando sua inserção na escola regular ou nas instituições especializadas como as APAES, reconhecendo a importância da educação para todos debatida na Conferência Mundial junto a organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022:

> A taxa de escolarização foi menor entre as pessoas com deficiência em todos os grupos etários. Das crianças de 6 a 14 anos com deficiência, 95,1% frequentavam escola, abaixo dos 99,4% das sem deficiência. Entre os jovens de 15 a 17 anos, para os que tinham deficiência, a escolarização foi de 84,6%, frente a 93,0% entre os sem deficiência. Para o grupo de 18 a 24 anos, a taxa foi de 24,3% e 31,8% para as pessoas com e sem deficiência, respectivamente.
>
> A desigualdade é ainda maior quando se acrescenta a questão do atraso escolar, observada por meio da taxa de frequência líquida ajustada, que considera a adequação idade-etapa de ensino. Para o grupo 6 a 14 anos com deficiência, 89,3% frequentavam o Ensino Fundamental, contra 93,9% entre os sem deficiência. Pouco mais da metade (54,4%) dos jovens de 15 a 17 anos com deficiência frequentavam o Ensino Médio, frente 70,3% dos jovens sem deficiência. No grupo de 18 a 24 anos, 14,3% dos jovens com deficiência estavam no Ensino Superior, contra 25,5% dos sem deficiência.(IBGE, 2023-2024)

A utilização de dados recentes sobre a temática da educação considerando as pessoas com deficiência é por conseqüência da escassez de dados de 1955 que advém da criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, haja vista a invisibilidade sofrida por este público.

Deste modo, em 1955, houve uma reunião entre a comunidade, médicos e representantes a qual o propósito em comum era a melhoria de qualidade de vida e acesso a direitos para pessoas com deficiência, dando seguimento a APAE instituição de ensino pedagógico a qual atende crianças, adolescentes e idosos com deficiência múltipla e intelectual.

Assim, este projeto de natureza filantrópica se espalhou pelo Brasil constituindo 2.200 unidades nos dias atuais, em Ouro Preto a APAE surgiu em 17 de novembro de 1982 devido a necessidade da população no cuidado e acesso a pessoa com deficiência. O objetivo da APAE é dar acesso, inclusão e qualidade de vida para seus usuários, outrossim é previsto estatuto da federação das APAES a regulação e regimento interno adotado está disposto no art. 3 cap 1.que a instituição "é uma associação civil, beneficente de assistência social, de assessoramento, de defesa e garantia de direitos com foco no fortalecimento do movimento social da pessoa com deficiência".(Estatuto da Federação Nacional das Apaes.[s.d] [s.p] Brasília)

Sob o mesmo ponto de vista, a APAE inclui direitos, programas e projetos que promovam a educação, lazer, saúde e cultura. Com aulas de ensino pedagógico, como também esportes, judô, natação e educação física, promovendo a saúde com a inserção de projetos como o projeto sorria que auxilia no tratamento dentário dos alunos e programas eventuais como o de vacinação. Dessa forma, na cultura os alunos da APAE participam de teatros, têm acesso a música e instrumentos musicais, frequentam museus, zoológicos e passeiam por cidades próximas que oferecem acessibilidade.

A princípio, a discussão sobre os direitos para a pessoa com deficiência teve seu primeiro ensejo no ano de 1971, elaborada pela ONU (Organização das Nações Unidas) que apresentou a Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, por conseguinte, se desenvolvendo na Constituição de 1988, descrita no art. 7, art. 23, art. 24 e art. 37, nos quais tratam sobre a discriminação, disparidade salarial e distribuição de cargos públicos para pessoas com deficiência.

Atualmente é vigente a Lei n 13.146 de julho de 2015, que dispõe sobre os direitos da pessoa com deficiência, no entanto, entre os anos de 2019 a 2022, sofreu retrocessos nos decretos que serão discutidos a seguir.

Em 2020, foi instituída pelo decreto 10.502 a política nacional de educação especial que permitia às escolas regulares escolherem ou não se aceitavam ou não pessoas com deficiência, criando diversos questionamentos. A educação é para todos. então, uma vez que um decreto

excludente é instituído, podemos perceber o despreparo do sistema educacional na inclusão da pessoa com deficiência, sendo necessário a revisão do projeto pedagógico, capacitação dos profissionais e investimento no setor educacional público, dado que com esta medida o governo bolsonaro direcionou investimentos para ONG e instituições filantrópicas.

> Tal dispositivo permite que profissionais da saúde atuem na elaboração do plano e que este seja baseado na "correção" de supostos desvios, pautando-se em práticas biomédicas e não pedagógicas. Desse modo, percebe-se que há ainda uma grande preocupação das escolas em identificar e categorizar os alunos com deficiência de acordo com diagnósticos e laudos clínicos, como se o "tipo" de deficiência fosse o único atributo importante para determinar as práticas de ensino.(SOARES, RIBEIRO, 2023,p.8)

Cunha(2021) descreve a importância da compreensão da deficiência como expressão da questão social, detalhadamente apresenta o conceito de corpus úteis que o sistema capitalista impõe às pessoas com deficiência, discriminando quais corpus são ideais para a lógica de produção, corpus produtivos, como consequência a sociedade vê a deficiência como uma "desvantagem" social impondo por sua vez barreiras sociais que restringem as pessoas com deficiência, excluindo do mercado de trabalho e da sociedade, desta forma é negado a pessoa com deficiência a participação social e a cidadania plena.

A discriminação para com a pessoa com deficiência se define pelo, termo capacitismo se caracteriza pelo preconceito das pessoas ao limitar a capacidade das pessoas com deficiência, sendo ele atitudinal ou estrutural. Atitudinal pode ser percebido no dia a dia, como a pessoa sem deficiência se porta ao se deparar com uma pessoa com deficiência, de forma ao infantilizar, superproteger ou sexualizar a pessoa com deficiência, além de outras atitudes que limitam e inferiorizam a pessoa com deficiência. No que tange, o capacitismo atitudinal ele se tornou estruturante da sociedade capitalista devido à padronização dos corpos para um aumento da produtividade, sendo relevante debater a reabilitação da pessoa com deficiência para que não caminhe ao lado da utilidade dos corpus para a lógica de produção.

> Campbell defende a concepção de "capacitismo internalizado" ao esclarecer que o conceito transcende procedimentos, estruturas, instituições e valores sociais estando consolidado na cultura e, por isso, sendo responsável por moldar e formar os indivíduos, ainda que inconscientemente, na crença de que a deficiência é uma condição inerentemente negativa e deve ser, sempre que possível, amenizada, curada ou mesmo eliminada (CAMPBELL, 2008). A patologização da deficiência encontra-se respaldada na oposição entre normalidade e desvio em relação aos padrões funcionais e a estrutura do corpo.(SOARES, RIBEIRO, 2023, p.5-6)

Ademais, fundamentando a relação do capacitismo com a proteção social a autora Mioto(2020) discute a família contemporânea em contexto brasileiro e neste caminho podemos relacionar como analisado pela autora a responsabilização das famílias recaindo sobre si expectativas da proteção social dos indivíduos membros das famílias. E no período neoliberal a família ganha centralidade devendo assumir custos, educacionais, saúde e outros.

O pensamento capacitista leva a analisar a pessoa com deficiência como incapaz, a ideologia neoliberal reforça a ideia de matricialidade familiar, por consequência da focalização e seletividade das políticas sociais. E assim, se esta família não atende a espera da proteção social plena dos indivíduos, famílias são judicializadas levando à fragilização dos vínculos familiares e tensões entre os indivíduos.

No capítulo, a seguir pretendo discutir os retrocessos legais e como estes acontecimentos afetaram o público alvo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, analisando que toda tomada de decisões macro societárias se choca com o cotidiano dos usuários.

Capítulo 3. Ataques legislativos aos direitos da pessoa com deficiência e seus rebatimentos para o público atendido pela APAE

O "Terceiro Setor" corresponde a demandas sociais, sendo respondida com ações e iniciativas se constituindo a partir do ideário neoliberal, que o Estado deve prover o mínimo do mínimo, ideia construída a princípio por iniciativas, norte-americanas ancoradas na perspectiva da "ajuda" do "cuidado" e no "amor ao próximo" expressões cercadas por diferentes ideologias.

> Terceiro setor pode ser entendido como aquilo que é público, porém privado, ou aquilo que é privado, porém público (FERNANDES, 1994).Esse trocadilho serve para demonstrar que o Terceiro Setor assemelha-se ao Estado (Primeiro Setor) na medida em que tem como objetivos e alvo de atuação o espaço público, mas diferencia-se do Governo por ser uma iniciativa privada (Segundo Setor), pois apesar de não ser governamental, tem como objetivo o benefício social. Sendo assim, os campos estatal, privado e público não-governamental são distintos, mas por vezes se interpretam e se sobrepõem. (Teodósio, 2004, p.157).

A princípio, a instituição Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais se define por uma instituição de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, visando ofertar serviços para um público alvo, no caso da APAE, pessoas com deficiência intelectual ou múltipla – de ordem física, sensorial, mental, entre outras. A APAE conta com uma equipe multidisciplinar por oferecer serviços além do sistema educacional, como fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia,

terapeuta ocupacional e assistente social. Ademais, a direção dada ao Serviço Social é determinada pela instituição e pela gestão da APAE/OURO PRETO, que conduz os serviços mediante a uma normativa da federação das APAES, a qual designa ao Serviço Social medidas ligadas a prevenir situações de negligência, auxiliando as famílias na orientação e encaminhamentos.

Ademais, a lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência dispõe de educação especial como um direito. Com isso, a APAE exerce esta função de necessidade social, todavia, como uma entidade de referência do município na oferta de serviços para as pessoas com deficiência, as demandas e necessidades são maiores que os recursos recebidos no que tange à contemplação de todos os usuários. Sobretudo, o Serviço Social está inserido na política de assistência a qual analisaremos ao decorrer deste trabalho sabendo que tanto ela quanto a política educacional estão previstas na Lei n.13.146/2015, como previsto no art. 39 descrito abaixo:

> Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. (BRASIL, 2015, p.15).

Assim, a APAE segue este artigo em alguns aspectos da lei, pois, como não está inscrita como política pública, a mesma não concede benefícios, mas os encaminha para os órgãos públicos referentes, a depender da demanda do usuário. De todo modo, esta instituição auxilia seus usuários na habitação, reabilitação, autonomia e desenvolvimento social. Como dito, a alta requisição de serviços traz o não acesso dos usuários a alguns serviços pelo aumento de solicitações, visto que a quantidade de profissionais não se equivale à quantidade de alunos que frequentam a instituição.

Constata-se que uma das demandas que os responsáveis e familiares dos usuários da APAE reclamam para si é o Centro Dia, serviço oferecido no município de Mariana na instituição Figueira, município próximo, mas infelizmente este serviço é oferecido somente para moradores do município com o devido encaminhamento de aparelhos sociais, em concordância com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS. Ele é um serviço que a pessoa com deficiência que necessita de um maior cuidado poderá passar o dia, em convivência comunitária, desenvolvendo sua autonomia em diversas formas, conforme consta na tipificação deste serviço. Pois, devido à responsabilização da família nos cuidados e proteção da pessoa com

deficiência, os responsáveis não conseguem trabalhar, realizar outras tarefas e, entre outras coisas, pelo tempo necessário demandado aos cuidados da pessoa com deficiência.

Dessa forma, a falta desse serviço causa o agravamento das expressões da questão social, tal como a sobrecarga de jornada do responsável, em consequência o uso abusivo de álcool e substâncias psicoativas, depressão, frustração, e por parte da pessoa com deficiência intensifica-se o preconceito, a infantilização, a superproteção e a desproteção social, os quais são expressões do capacitismo.

Contudo, a APAE, na perspectiva de ofertar serviços educacionais para as pessoas com deficiência, utiliza turnos manhã, tarde e noite, durando em média 4 horas, compreendendo que a modalidade Centro Dia não é dever da instituição por não obter recursos humanos e financeiros. Logo, cabe à instituição, junto aos familiares e responsáveis, demandar para o município este serviço, realizando a intersetorialidade das políticas sociais, para um maior acesso e proteção dos usuários dos serviços, dando espaço de fala e tomada de decisões para os mesmos.

Como citado anteriormente, os usuários da APAE Ouro Preto são pessoas com deficiência intelectual ou múltipla que se caracteriza por um conjunto de duas ou mais deficiências – de ordem física, sensorial, mental, entre outras –associadas. Ou seja, é uma condição que afeta em maior ou menor intensidade o funcionamento individual e social dos sujeitos, dificultando sua autossuficiência.”(BRASIL. Ministério da Saúde, [s.d],site Gov). Sendo um perfil variado, de etnias, raças, culturas e religiões, sendo em sua maioria católica e evangélica, atendendo crianças, adolescentes e adultos. Importa destacar que, como a inserção desses alunos se dá tardiamente pelo fato de que algumas deficiências são notadas no desenvolvimento social e físico, as crianças em sua maioria são maiores de 12 anos.

Contextualizando o perfil socioeconômico, grande parte dos usuários tem acesso ao Benefício de Prestação Continuada, ao passe livre ou são aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social. Algumas mudanças ocorreram no BPC no decorrer da história desde sua previsão legal em 1993 até a atualidade, como o critério de renda que inicialmente era concedido para quem não tinha fonte de renda e atualmente exige uma renda per capita equivalente a 1\4 do salário mínimo.

Também houveram alterações na comprovação da desproteção social do indivíduo e novos critérios foram estabelecidos para que esta comprovação seja feita. Cabe também ressaltar a previsão no caso da pessoa com deficiência de que esta condição cause impedimentos de

natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.

A importância do BPC se dá quando analisamos os dados que:

> Em relação à pobreza monetária, explorou-se a proporção de pessoas abaixo de duas linhas: a linha global de pobreza extrema (US$ 1,9 por dia) e de pobreza (US$ 5,5 por dia). Os dados da PNS 2019 revelaram que 5,1% das pessoas com deficiência estavam abaixo da linha de pobreza extrema, e 18,2%, abaixo da linha de pobreza. A quantidade de pessoas na pobreza variou, segundo os tipos de deficiência, destacando-se maior vulnerabilidade para aquelas com deficiência visual: 6,4% estavam na pobreza extrema, e 22,5%, na pobreza, valores que representaram as maiores proporções dentre os tipos investigados.(IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019, p.13)

O BPC é parte da política de Assistência Social brasileira que em conjunto com a Saúde e a Previdência Social foram previstas como o tripé da Seguridade Social brasileira. Cabe ressaltar que a Seguridade só foi prevista pela Constituição de 1988 cuja implementação ocorreu a partir do contexto histórico de desembarque do neoliberalismo no Brasil o que certamente incidiu sobre as condições de sua implementação.

O projeto neoliberal está enraizado nas orientações dos organismos internacionais para países de capitalismo periférico como o Brasil. Visto que, discursos, relatórios e gestão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial orientam “ajustes estruturais” ou “ajustes fiscais” que contribuem para essa desestruturação das políticas de seguridade social e trabalhistas, descentralizando a responsabilidade do Estado de prover políticas que foram instituídas na Constituição de 1988 o que incide diretamente aos usuários dos serviços públicos beneficiando ainda mais instituições privadas.

Como resultado, as “contra-reformas” que são instituídas com a finalidade de mercantilizar políticas como a de saúde e previdência, algo que vem ocorrendo desde do governo de Fernando Henrique Cardoso, com o propósito de minimizar, focalizar e direcionar as políticas sociais causando um efeito cascata para a política de assistência. Com o intuito de difundir os limites do público-privado, logo a falta de acesso às políticas de seguridade ou a precarização se tornaram evidentes e cotidianas.

Além disso, a disputa que ocorre para decidir a organização deste financiamento com discursos de crise econômica vem afetando diretamente as políticas sociais, sucateando serviços

públicos, tendo como consequência direta a privatização como solução da melhora dos serviços, colocando as políticas sociais como vilãs do Estado.

Todavia, a ideologia neoliberal instaurada reflete sobre o cotidiano influenciando no financiamento, objeto e objetivo da política podendo se tornar uma política focalizada nos cuidados básicos da população visto que a desestruturação da mesma reflete tanto no usuário quanto no profissional, ainda assim cabe a organização, democratização de informações articular-se para reivindicar o acesso, o direito, dando visibilidade aos indivíduos, aos usuários e a questão social .

Podemos perceber considerando a pessoa com deficiência que com frequência benefícios como BPC são acessados através de medidas judiciais.

> Com a burocratização do BPC e significativa quantidade de indeferimentos na via administrativa do INSS, busca-se reverter os indeferimentos na área judicial tendo impacto significativo nas contas públicas, essa reversão de resultados na via judicial é gerada pelo conflito de conceitos seja na idade, miserabilidade, deficiência. O conflito entre o campo administrativo e judicial com o passar dos anos vem ganhando novos capítulos de heterogeneidade, pois o excesso de normas visa filtrar o acesso dos mais necessitados em quando o assistencialismo é um direito constitucional.
>
> (...) de fato, 16,88% dos benefícios [leia-se: Benefícios de Prestação continuada] foram concedidos judicialmente em 2014 – 44.525 para pessoas com deficiência e 13.594 para idosos. Ou seja, 58.219 indivíduos só conseguiram acesso ao benefício através do litígio, que permite uma análise de suas reais condições de vida e assim altera a forma como a política pública é interpretada. Em 2004, o percentual de judicialização do BPC era de 2,57%, o que demonstra que em 10 anos, os sujeitos de direito perceberam no Poder Judiciário um canal para solicitar a alteração na política pública. (XIMENES ,2016)

Como demonstrado, o aumento do acesso judicial deste benefício apresenta como Mioto(2020) a cidadania invertida a autora manifesta a condição do indivíduo expressar seu atestado de pobreza. A restrição, burocratização e os critérios das políticas sociais externa este processo de precarização das mesmas, afetando a pessoa com deficiência em seu exercício de cidadania.

Em relação ao BPC, que já era objeto dos documentos anteriores do Banco Mundial, em 2021 o Congresso Nacional aprovou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 10/2021, derivado da Medida Provisória n° 1023/2020, que alterou a Lei nº 8.742/ 93, a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), que trata do critério de renda para fins de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas).

A partir de 2021, o processo de concessão foi alterado, promovendo um retorno a um modelo de perícia centrada na avaliação biomédica e o critério de renda sofreu diversas alterações, que tornaram o acesso aos benefícios mais restritivo, permitindo que a renda familiar chegue no máximo a meio salário mínimo. As mudanças operadas pela nova legislação expressam a direção que o Banco vinha indicando, de redução deste benefício começou a ser alcançada. Assim, o Banco Mundial tem reforçado a direção de sua contrarreforma dirigida às políticas de Seguridade Social em especial a Previdência e a Assistência social principalmente no que diz respeito ao BPC.

Contudo, a instituição não tem dados que especificam e caracterizam a população usuária e não dispõe de controle social nem por parte da política exercida e nem participa de movimentos sociais. Ademais, constata-se que a ausência de dados e pesquisas que tratem do tema Pessoa com Deficiência, por ser um público ainda ser altamente invisibilizado, podendo ser alvo de novas pesquisas e projetos na instituição.

Em uma breve investigação acerca da participação da instituição e dos usuários em movimentos sociais de luta, obteve-se um retorno negativo dos questionamentos ensejados. Analiso a importância desta articulação com os movimentos na tomada de decisões, nos enfrentamentos para manutenção e ampliação dos direitos sociais, pois esta falta de articulação é visível no município, o que dificulta o levantamento de demandas e necessidades da pessoa com deficiência no município de Ouro Preto/MG.

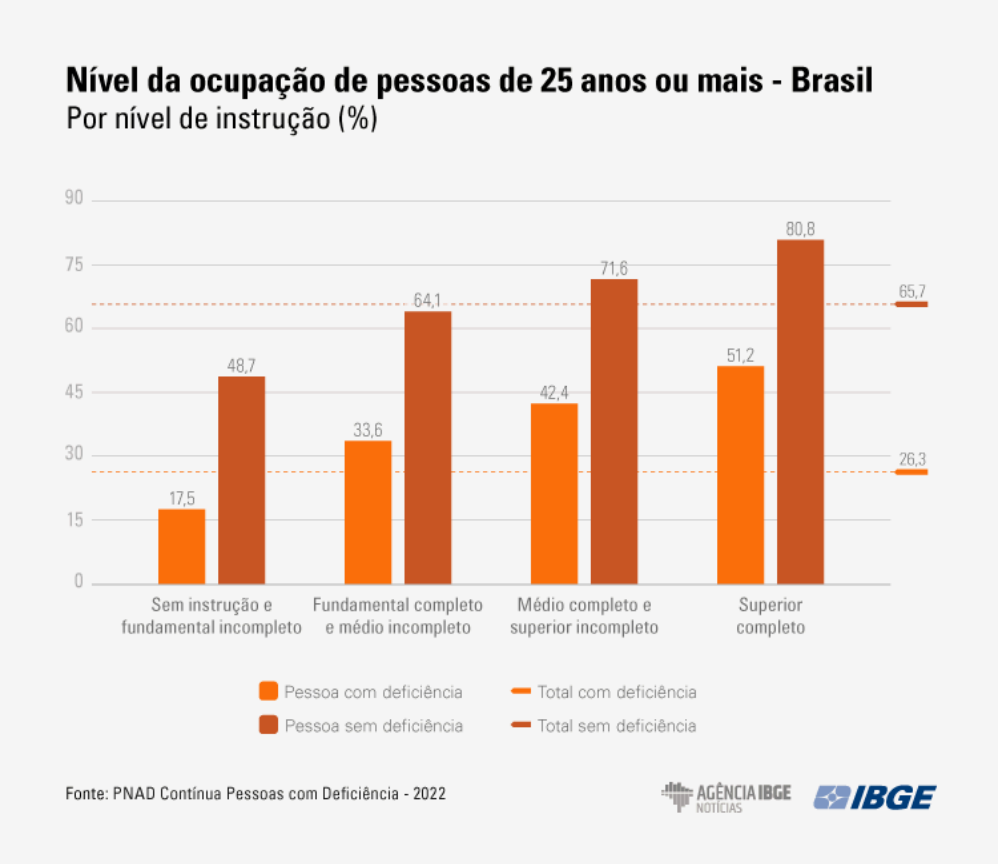
Com isso, podemos compreender que a falta de participação não se dá apenas por vontade individual, os usuários em sua maioria dispõem de um responsável que provê a subsistência dos custos com medicamentos, transporte e alimentos. Grande parte dos responsáveis são mães trabalhadoras que têm duas, três jornadas de trabalho, não dispondo de tempo para esta participação efetiva na escola, nos movimentos sociais e na vida dos membros da sua família. Neste sentido, caracterizando a responsabilização da família já discutida, reforço a importância da intersetorialidade das políticas sociais para não cairmos na centralidade e culpabilização da família e para que o usuário tenha mais acesso, participação e convívio comunitário e familiar, dispondo dos aparatos necessários para sua realização.

Como demonstrado no texto do assistente social no combate ao preconceito e discriminação contra a pessoa com deficiência (CFESS, 2019) em 2010 61,1% das pessoas com deficiência não tinham ensino fundamental completo, demonstrando a disparidade e a

dificuldade da pessoa com deficiência de permanecer nas escolas. Diversas problemáticas podem ser apontadas como causadoras desta porcentagem, como o preconceito, o capacitismo, o ensino não adequado à pessoa com deficiência, restringindo o desenvolvimento do aluno em ambiente escolar.

Dados mais recentes demonstrado pelo PNAD 2022:

GRÁFICO 3: IBGE



Fonte: PNAD -2022

Por conseguinte, neste sistema produtivo capitalista, pessoas sem escolaridade em sua maioria desenvolvem atividades laborais repetitivas, em setores de serviço, não desenvolvendo por completo suas capacidades, características e especificidades, colocando as pessoas sem "instrução" em divisões discriminatórias a partir de suas características.

> A sociedade capitalista pressupõe um sujeito ideal que seja útil à lógica de produção. Aqueles que são desviantes do padrão de normalidade são descriminalizados e segregados da sociedade. As intervenções no campo da deficiência, por muito tempo, tiveram um viés filantrópico e de institucionalização.(Castro, 2011. p.319)

A reflexão desenvolvida por Castro (2011) são as desvantagens sociais geradas pela noção dos corpos úteis para o sistema produtivo capitalista e como as pessoas com deficiência são inseridas neste conceito. Os indicativos são que as pessoas com deficiência sofrem negativamente, impactando a porcentagem de pessoas atípicas que trabalham, estudam, que dispõem de ensino fundamental ,médio completo ou ensino superior. Se manifestando que

A frente irei discorrer sobre como o financiamento, influi na prestação de serviços, em seu acesso e na respostas às suas demandas, e as condições de descentralização da políticas em setoriais, podendo facilitar ou não a satisfação das necessidades das pessoas com deficiência.

3.1.Financiamento e descentralização: Entraves frente ao ajustamento fiscal

> "Muitas vezes, as relações que se estabelecem entre ações voluntárias e filantrópicas de entidades da sociedade civil e as ações estatais de administração da pobreza contribuem para uma versão assistencialista e "desprofissionalizada" na constituição de padrões de intervenção no campo da assistência social."(YAZBEK, 2009, p.64)

Yazbek desenvolve suas ideias a partir do entendimento que a assistência é uma forma concreta no qual o Estado pode gerar a estabilização entre relações sociais e ações estatais, desta forma a "sociedade civil" realiza ações com o objetivo de "minimizar a pobreza" sendo financiada parte pelo Estado a partir de convênios e contratos. Resultando na dissolução do entendimento social do direito individual, ações que o Estado deveria desenvolver para maior eficiência são desenvolvidas por estas entidades não contemplados todos os indivíduos que necessitam do serviço.

A gestão da política social educacional para pessoa com deficiência por exemplo, se dá de forma descentralizada, sendo financiada pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), "composto por recursos provenientes de impostos e das transferências dos Estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação, conforme disposto nos artigos 212 e 212-A da Constituição Federal." (Diretoria de Comunicação Social. Repasse de recursos do Fundeb à Apae deve estar previsto em convênio com o município. TCE/PR, 2022).

Assim, os repasses recebidos pela "sociedade civil", fundações e empresas do município de Ouro Preto, organizado pela gestão da APAE, bem como contratações feitas pelo município, grande parte dos funcionários está vinculada à prefeitura de Ouro Preto por meio dos contratos temporários. Estudos sobre o mundo do trabalho têm indicado como a terceirização é uma forma

de precarização do trabalho que tem forte incidência nos serviços como a alta rotatividade, a fragilização de vínculos com usuários, a descontinuidade de projetos de trabalho dentre outros.

À vista disso, os mecanismos de controle social fazem falta em diversas manifestações e níveis de organização da política, tendo em vista as múltiplas demandas institucionais, profissionais e dos usuários, o que requer mobilização e articulação coletiva para a efetivação na perspectiva de totalidade. A APAE, como instituição filantrópica, é financiada parte pelo Estado e parte pela "sociedade civil", em que o "Art. 1o institui o Fundo Nacional de Apoio às APAES, destinado à concessão de financiamento ao acompanhamento, atendimento e desenvolvimento especializado à pessoa excepcional, bem como à defesa e garantia de seus direitos." (BRASIL, 2019). Analisando este aspecto da refilantropização, podemos perceber que em sua maioria se dá pela privatização não clássica.

> Este projeto de lei foi protocolado a pedido de representantes das Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), eles afirmam que além do percentual de repasse muito baixo, ainda tem que conviver com atrasos nos repasses, que têm prejudicado a saúde financeira das instituições. O Fundo de Apoio às APAEs será de grande importância na busca do apoio financeiro a esta entidade tão abandonada pelo poder público, municipal, estadual e federal. Servirá para promover projetos sociais, com ações voltadas para a integração da pessoa com deficiência. (BRASIL, 2019)

Deste modo, constata-se que esta falta de recursos para o funcionamento do serviço reflete tanto nos usuários que não conseguem usufruir dos serviços amplamente para além do educacional, como a fisioterapia, fonoaudiologia e psicologia, devido à alta demanda dos alunos e à falta de funcionários especializados nestas áreas, o que decorre em uma fila de espera, com isso os alunos não têm acesso, refletindo na reabilitação destes alunos.

Neste sentido, a importância de órgãos como APAE se torna evidente para orientar os alunos e seus responsáveis a respeito dos direitos previstos na lei, entendendo que um dos objetivos da instituição é a promoção da informação.

Considerações finais

Portanto, analisando todos estes aspectos sociais, políticos e econômicos é possível afirmar que acontecimento macrossocietárias afetam o cotidiano dos usuários neste caso das pessoas com deficiência, como o desfinanciamento causado pelo movimento neoliberal incide na gestão e efetivação das políticas sociais

Considerando as características de dependência do capital nacional ao capital internacional, influenciado por organismos internacionais como o Banco Mundial e seu fomento

ao terceiro setor e ao voluntariado. E nesta relação como a pessoa com deficiência não consegue efetivar sua cidadania pelo constante ditames do capital ao padronizar o sistema de produção e reprodução do capital.

Deste modo, a defesa e articulação para que não ocorra contrarreformas e retrocessos legais como educacionais, saúde e benefícios como previdência e benefício de prestação continuada devem ser constantes considerando que para ideologia liberal o Estado não deve se responsabilizar sobre as demandas sociais, diminuindo suas funções reforçando políticas de austeridade que descrevem em medidas de redução de "gastos" públicos.

Utilizando de discursos de crises orçamentárias para implementação de cortes, aumento dos impostos e reformas estruturais. Ações que aumentam a desigualdade social, como visto neste trabalho, as pessoas com deficiência são fortemente afetadas por este tipo de medidas, devido a falta de inclusão e efetividade de seus direitos já previstos na legalidade.

Por consequência, das expressões capacitistas relacionadas à inclusão, do ensino, básico, médio e superior. E pelas condições do mercado de trabalho não inserir pessoas com deficiência devido a lógica do capital de produção. Contexto, que impõe às pessoas com deficiência algumas frentes para acesso e satisfação de suas necessidades pela via privada, pela via judicial ou pela prestação de serviços do terceiro setor que utiliza a "sociedade civil" como alicerce da benemerência.

Com isso, o capital se utiliza deste apoio da "sociedade civil" para manutenção das coisas, devido a condição conquistada por este ente de influência e direcionamento político, demonstrando que a chamada "sociedade civil" também tem seus interesses em manter a "cultura cívica".

A cultura política pode ser utilizada em momentos históricos com ferramentas de manutenção e conformidade da população a direcionar o comportamento das pessoas, podendo ser usada para direcionamento político e interesses da classe dominante, pois visa promover a estabilização das estruturas e não transformação social. Esta linha de fundamentação necessita de mais estudos e pesquisas a respeito, pois afeta a pessoa com deficiência, mas também intervém no Estado, movimentos sociais e população em geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da "década neoliberal"(1990-2000).** Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 19, p. 71-94, nov. 2002. Disponível em: file:///C:/Users/Geovane/Downloads/download%20(15)%20(1).pdf. Acesso em: 26 de ago. 2024

ALENCAR, M. **O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas.[sl] Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais** .UERJ, [sd].

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei no 13.146 de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

BRASIL. **Ministério da Saúde**. 2024. Disponível em: Ministério da Saúde . Acesso em: 02 de Set. 2024.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei 8.212 de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8212cons.htm . Acesso em 25 de Set. de 2024

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei [s.n], de 2019**. Cria o Fundo Nacional de Apoio às APAEs, e institui a destinação de 0.5% dos prêmios da Mega Sena da Loteria da Caixa. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: PROJETO DE LEI Nº DE 2019 (Do Sr. Vinícius Farah) Cria o Fundo Nacional de Apoio às APAEs, e institui a destinação de. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Decreto nº 8805 de 7 de julho de 2016.** Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada , aprovado pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Brasília, 2016. Disponível em: Decreto nº 8805. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei nº 13.846 de 18 de julho de 2019.** Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade. Brasília, 2019. Disponível em: L13846. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 6159 de 2019.** Dispõe sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, o Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei nº 9.403, de 25 de junho de 1946, o Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, a Lei nº 8.706, de 14 de setembro de 1993, e a Medida Provisória nº 2.168-40, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a reabilitação profissional e a reserva de vagas para a habilitação e a reabilitação profissional. Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional - Praça dos Três Poderes, Brasília - DF - Brasil. Disponível em: Projeto de Lei (PL) 6159/2019. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei nº 8.8899 de junho de 1994.** Dispõe sobre o passe livre para pessoas com deficiência, Brasília, 1994. Disponível em: L8899.. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012. Dispõe sobre a Lei de Cotas Disponível em: L12711. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Brasília, 2015. **Dispõe sobre a Lei de Inclusão a Pessoa com Deficiência.** Disponível em: L13146. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020.** Brasília, 2020. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial. Disponível em: D10502. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 Dispõe sobre as diretrizes educacionais.** Brasília, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal. Lei nº 8.213 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefício a Previdência Social, Brasília, 1991. Disponível em: L8213consol. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BANCO MUNDIAL. **A história do grupo banco mundial no Brasil Washington: The World Bank, 2024.** Disponível em: A História do Grupo Banco Mundial no Brasil. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Levantamento do eSocial aponta 545,9 mil trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho no Brasil.** Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/levantamento-do-esocial-aponta-545-9-mil-trabalhadores-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-no-brasil. Acesso em: 02 de Set. de 2024

BANCO MUNDIAL. Brasil: **Estratégia de parceria com o país para a república federativa do Brasil.**Washington, D.C. : World Bank Group. 2008.Disponível em:<http://documents.worldbank.org/curated/en/538731467997852940/Estrategia-de-parceriacom-o-pais-para-a-república-federativa-do-Brasil>. Acesso em: 25 de Set. de 2024

CRUZ, PEREIRA. **Centro-dia de referência,** [s.l] [s.d]. Disponível em: centro-dia de referência. Acesso em: 02 de Set. de 2024

CFESS. **Discriminação contra a pessoa com deficiencia. Série assistente social no combate ao preconceito, Brasília (DF), 2019.** Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno07-PCD-Site.pdf>. Acesso em: 1 de maio. 2024

CFESS. **Código de Ética dos/as Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993.

CUNHA, A. C. C. P. **Deficiência como expressão da questão social.** Serviço Social & Sociedade, [s.l] n. 141, p. 303–321, 2021. Disponível em: Deficiência como expressão da questão social. Acesso em: 26 ago, 2024

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES. ONU, **Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em: 02 de Set. de 2024

Estatuto da Federação Nacional das Apaes. 1 ofício de Brasília- DF nº 149941. Disponível em: https://media.apaebrasil.org.br/1642-estatuto-fenapaes.pdf. Acesso em: 02 de Set. de 2024

FILHO, Rodrigo de Souza. **Fundo público e políticas sociais nos Estados dependentes: considerações teóricas.** Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 14, n. 37, 2016. DOI: 10.12957/rep.2016.25401. Disponível em: https://www.epublicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/25401

FAGUNDES, Bruno. **MATRIZES DO PENSAMENTO CULTURALISTA: TOCQUEVILLE E ALMOND–VERBA .**Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo, 2008. Disponível em:https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000200006. Acesso em: 26 de Set. de 2024

HEGEL,G.W.F. **A Razão na História: Uma Introdução Geral à Filosofia da História.** Introdução de HARTMAN, Robert S.;Centauro Ed. SP, 2001.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego e informalidade são maiores entre as pessoas com deficiência.** Brasília, DF: IBGE, 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda.** Brasília, DF: IBGE, 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência e as desigualdades sociais no Brasil.** Brasília, DF: IBGE, 2022.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura.** 5ª Edição. Trad.: Manuela Pinto e. Alexandre Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

LAGE, Lais do Nascimento Vidal**. Interesses capitalistas e desafios para a efetivação dos direitos sociais: ataques e regressões.** Katálysis, v. 22, n. 1, p. 120-128, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n1p120/39135. Acesso em: 09 de set. de 2024.

MARTINELLI, Maria. et al. **O uno e múltiplo nas relações entre as áreas do saber.** EDUC Cortez, São Paulo, 1995. Disponível em: O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber PDF. Acesso em: 26 de ago 2024.

MARTINS, Beatriz. et al. **A história dos direitos das pessoas com deficiência.** Politize, [s.l], 2021. Disponível em: <https://www.politize.com.br/equidade/historia-dos-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. 1930**- A crise estrutural do capital** / István Mészáros ; [tradução Francisco Raul Cornejo... [et al.]. - 2.ed. rev. e ampliada- São Paulo : Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho)

MENCHISE, Rose Mary. FERREIRA, Diogo Menchise. ÁLVAREZ, Antón Lois. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: Uma análise principalmente do Brasil.** UFRJ, 2023. Disponível em:https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274. Acesso em: 25 de Set. de 2024.

MIOTO, Regina Celia Tamaso. **Família contemporânea e proteção social: notas sobre o contexto brasileiro.** In: Fávero, Eunice T. (Org.). Famílias na Cena Contemporânea: (des)proteção social, (des)igualdades e judicialização. 1ed.Uberlândia: Navegando, 2020, v. 1, p. 25-38. https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/feito

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica / José Paulo Netto e Marcelo Braz.** – São Paulo : Cortez, 2006. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 1)

PORTELLA FILHO, Petrônio. **O ajustamento na américa latina: crítica ao modelo de Washington.** [s.l], 1993. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-64451994000100007. Acesso em: 25 de Set. de 2024.

O crescimento do PIB brasileiro por períodos presidenciais entre 1956 e 2022. EcoDebate, 2022. Disponível em: https://www.ecodebate.com.br/2022/09/28/o-crescimento-do-pib-brasileiro-por-periodos-presidenciais-entre-1956-e-2022/. Acesso em: 26 de ago, 2024

PINHEIRO, Rui. **A evolução histórica da legislação para a pessoa com deficiência - PcD.** JusBrasil, [s.l], 2021. Disponível em:

https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-evolucao-historica-da-legislacao-para-a-pessoa-com-deficiencia-pcd/1563403427. Acesso em 26 de ago. 2024

Plano Real. **Banco Central do Brasil**, [s.l] [s.d]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/planoreal. Acesso em: 02 de Set. de 2024.

PEREIRA, G. de O. **O preconceito e a prática profissional do assistente social: os valores e o projeto profissional crítico.** In: Revista "Educação Especial", n. 32, p. 189-200, 2008, Santa Maria

RESOLUÇÃO N o 269, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2006 – **Secretaria Nacional de Assistência** Social . Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-269-de-13-de-dezembro-de-2006/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA, Gildean Melo. **A JUDICIALIZAÇÃO DOS BENEFÍCIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – BPC A PARTIR DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103 DE NOVEMBRO DE 2020. J**usBrasil, [s.l], [s.d]. Disponível em: A Judicialização Dos Benefícios De Prestação Continuada — BPC A Partir Da Emenda Constitucional n.º 103 De Novembro De 2020. | Jusbrasil. Acesso em: 25 de Set. de 2024

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, B. S.; RIBEIRO, I. P. **A influência do capacitismo no Decreto n 10.502-2020 e no texto da PNEE 2020.** Universidade São Paulo, Ribeirão Preto, SP, Brasil. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 49, e257304, 2023. Disponível em: A influência do capacitismo no Decreto n° 10.502/2020 e no texto da PNEE 2020. Acesso em: 09 de set. de 2024

SALLUM, B., Jr et al. **O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula.** Revista de Sociologia e Política , v. 60, pág. 115–135, 2016.

SALVADOR, Evilasio; RIBEIRO, Isabela Ramos. **Dependência, ciclo do capital e limites do fundo público no Brasil.** Serviço Social & Sociedade [online]. 2023, v. 146, n. 3 [Acessado 7 Agosto 2024], e-6628339.

SOUZA, Alessandra R. **A Agenda de (Contra) Reformas do Banco Mundial para Saúde Brasileira: Fundo Público e Ajuste Estrutural.** 2021. 203f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Alessandra R. **O Banco Mundial e a Assistência a Contrarreforma da Previdência Durante os Governos de Fernando Henrique Cardoso.** in: IV Congresso Internacional de

Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos V Seminário Nacional de Território e Gestão de Políticas Sociais IV Congresso de Direito à Cidade e Justiça Ambiental. 2022, Londrina, anais, Disponível em 6498-407744-56698-2022-04-04.pdf (uel.br)

DE INFORMÁTICA, I.-IC **Tribunal de Contas do Estado do Paraná** . Disponível em: <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/repasse-de-recursos-do-fundeb-a-apae-deve-estar-previsto-em-convenio-com-o-municipio/ 9778/N>. Acesso em: 10 ago. 2023.

TEODÓSIO, Armindo.**O terceiro setor e a cidade: impasses, desafios e perspectivas de ação de ongs no poder local.** Organizações & Sociedade, Volume: 11, Número: spe, Publicado: 2004. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1984-9110011. Acesso em: 26 de ago. 2024

QUEIRÓZ. **Produtivismo capitalista e a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho brasileiro.** Revista Ibero- Americana de Humanidades, Ciências e Educação- REASE. São Paulo, v.10.n.03.mar. 2024. Disponível em: file:///C:/Users/Geovane/Downloads/[120]-O+PRODUTIVISMO+CAPITALISTA+E+A+INSER%C3%87%C3%83O+DA+PESSOA+COM+DEFICI%C3%8ANCIA+NO+MERCADO+DE+TRABALHO+BRASILEIRO.pdf. Acesso em: 02 de Set. de 2024